



Perspetivar o futuro da Educação Física, enquanto área do saber, deve motivar uma ampla reflexão, algo que nem sempre se tem verificado de forma clara e objetiva.

A ideia da Educação Física entendida numa perspetiva de desenvolvimento cultural e educativo do individuo através, nas e pelas atividades físicas, seja nas escolas, na formação desportiva ou nas atividades recreativas orientadas para a aptidão física, o bem-estar e a saúde, parece vir a perder o seu espaço enquanto referência. Verificada a entrada e a integração da Educação Física no ensino superior, há já 43 anos, rapidamente se desenvolveu uma crítica em relação ao seu *corpus* científico que praticamente levou ao seu definhamento enquanto especialidade científica e académica, reservando-se-lhe um espaço de graduação académica para exercício profissional. A principal consequência de todo este processo foi o acantonamento da Educação Física na sua expressão escolar, redutoramente entendida apenas como espaço de cumprimento curricular, muitas vezes vista como um (bom) campo de estudo de especialidades afins à Educação Física, mas com uma expressão ínfima nos programas de formação avançada e investigação com essa designação.

Nesse processo, como resultado de idas discussões concetualmente ricas (apesar de fraturantes), verificou-se a emergência de um conjunto de áreas que têm partilhado um campo científico, muitas vezes em oposição (ou em contraponto) com a referida ideia de Educação Física nos planos epistemológico e axiológico. O Desporto (as Ciências do Desporto) nas suas diferentes dimensões, na escola, no clube de rendimento e de recreação; ou a Motricidade Humana enquanto representação do movimento e da atividade física como fator de um estilo de vida saudável, na educação, no desporto, na dança, no trabalho, são exemplos de áreas para o enquadramento científico e académico. Ao nível internacional esta questão não é menos relevante ou debatida, como se vê na identificação de áreas e programas de estudo como “Physical Education”, “Physical Education and Sport”, “Kinesiology”, “Sports Studies”, “Sport Pedagogy”, “Physical Education and Health”, “Health and Physical Education”, entre outros, bem como na discussão formal destas questões em artigos da especialidade.

Se analisarmos toda esta problemática à luz das manifestações de concordância para com posições e textos tornados públicas, existem aspetos em que todos, académicos e profissionais, parecem estar de acordo, de resto como ficou consolidado no último Congresso Nacional de Educação Física em 2016: o significado da atividade física como área específica da cultura,



da educação e da recreação; o reconhecimento do desporto como modelo de organização social das atividades físicas, com características únicas pelo conjunto de valores que representa; a importância da educação física no currículo escolar e na educação em geral, promotora da aprendizagem dos diversos tipos de atividade física e de opções de vida saudáveis, tendo por referências, entre outras, as formas e virtudes do desporto; e a importância de profissionais críticos na sua prática e no consumo do conhecimento, a bem dos valores intrínsecos à atividade física e ao desporto.

Seria importante que discutíssemos este (aparente) consenso. Os constantes desafios para uma efetiva afirmação da nossa área (na educação, na promoção de atividade física e no desporto) impõem que sejamos capazes de tornar sólida esta referência concetual, não a condicionando a perspetivas estanques e redutoras, sejam elas de índole educacional, higienista, competitiva ou outras.

Alguns desses desafios manifestam-se: (i) num continuado desconhecimento por parte da opinião pública de cada um dos espaços de ação e da sua validade; (ii) numa nem sempre perceptível filiação concetual na produção científica e investigativa; (iii) numa proliferação de escolas de ensino superior e não superior, de âmbito público e privado, no mínimo questionável face à dimensão e necessidades do país (dados recolhidos pelo Observatório Nacional de Educação Física e Desporto Escolar em 2013 mostram que existiam, na altura, 37 cursos de 1.º ciclo com 18 designações diferentes); ou (iv) numa necessidade de encontrar novos núcleos de representatividade, num tempo em que a capacidade de mobilização para causas associativas é tão difícil. São, sem dúvida, temas que devem merecer a nossa reflexão.

Neste contexto de (in)definição concetual e de desvio de uma ideia da Educação Física enquanto área aglutinadora de saberes multidisciplinares que atravessam a educação, o treino e o exercício, a SPEF surge muitas vezes refém do nome que transporta, olhada como uma associação defensora da Educação Física na escola. A necessidade de defesa da Educação Física na escola é assumida pela SPEF como um aspeto estratégico, dado que representa a única oportunidade de alcançar todos os jovens durante uma parte significativa do seu desenvolvimento humano, desde a educação pré-escolar ao final do ensino secundário, com instalações adequadas e profissionais qualificados e consumidores críticos de conhecimento. Estas condições precisam de ser reconhecidas como fundamentais também no Treino e no Exercício para se alcançar os desejados benefícios da atividade física nos diferentes planos de desenvolvimento, que também se traduzem noutras formas de Educação Física ao longo da vida. Por isto, não se pode reduzir a esta formulação, pelo que o seu espaço de ação e de representatividade mantêm uma atualidade e pertinência justificadas pelos fins que estão na génese da sua constituição: *estudar e divulgar a atividade física, objetivada, na promoção de uma atitude científica, na consideração dos problemas e na intervenção respeitante às atividades corporais de qualquer índole; no estimular do convívio entre especialistas de áreas diferentes, através da organização de sessões científicas, formas de intercâmbio e*

*colaboração; e na fomentação da criação de projetos de pesquisa, de preferência de características interdisciplinares, destinadas ao aprofundamento do saber e à procura de propostas de solução para os problemas que afetam o correto desenvolvimento das áreas de aplicação da Educação Física.*

É neste quadro que continuamos a apoiar e fomentar o estudo, a investigação e a divulgação científica, pelo papel decisivo que têm para a fundamentação de ações e posições. Ao mesmo tempo que continuamos a defender questões que afetam a legitimação e a valorização da disciplina de Educação Física no currículo nacional, a generalização e a efetivação da Educação Física a todos os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, as condições de realização do Desporto Escolar, as questões da formação e do acesso a uma carreira profissional na área do treino e as condições de trabalho e acesso a uma carreira profissional digna na área do Exercício e Saúde, tendo-se procurado ampliar a representação de todos estes eixos, de variadas formas, em especial pela presença e diálogo em diversos eventos que tocam as diferentes temáticas.

E é neste contexto que se justifica a continuidade do Boletim SPEF, mantendo a opção de publicar em português e em acesso aberto para tornar cada vez mais acessível o que se vai desenvolvendo em termos de investigação.

Confirmando a regularidade editorial a que nos propusemos, este número é composto por um conjunto de artigos que, embora centrado no contexto da Educação Física escolar, elabora nos seus enquadramentos e conclusões relações e implicações importantes com todos os contextos de promoção da atividade física e do desporto, abrindo espaço crítico para a sua leitura e interpretação. Abrimos também um importante espaço de colaboração com outras entidades de áreas que nos são afins, com a edição especial de 4 artigos resultantes das XVII Jornadas da Sociedade Portuguesa de Psicologia do Desporto.

Nuno Seruca Ferro

